

SUMÁRIO

<i>NOTA À 12ª EDIÇÃO</i>	7
<i>NOTA À 11ª EDIÇÃO</i>	7
<i>NOTA À 10ª EDIÇÃO</i>	7
<i>NOTA À 9ª EDIÇÃO</i>	8
<i>NOTA À 8ª EDIÇÃO</i>	8
<i>NOTA À 7ª EDIÇÃO</i>	8
<i>NOTA À 6ª EDIÇÃO</i>	9
<i>NOTA À 5ª EDIÇÃO</i>	9
<i>NOTA À 4ª EDIÇÃO</i>	10
<i>NOTA À 3ª EDIÇÃO</i>	10
<i>NOTA À 2ª EDIÇÃO</i>	10
APRESENTAÇÃO DA EDIÇÃO INGLESA (“THEORY OF LEGAL PRINCIPLES”) – PROF. FREDERICK SCHAUER	11
PREFÁCIO DA EDIÇÃO ALEMÃ (“THEORIE DER RECHTSPRINZIPIEN”) – PROF. CLAUS-WILHELM CANARIS	13
PREFÁCIO – PROF. EROS ROBERTO GRAU	17
1. CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	23
2. NORMAS DE PRIMEIRO GRAU: PRINCÍPIOS E REGRAS	
2.1 Distinções preliminares	
2.1.1 <i>Texto e norma</i>	30
2.1.2 <i>Descrição, construção e reconstrução</i>	31
2.2 Panorama da evolução da distinção entre princípios e regras	35
2.3 Critérios de distinção entre princípios e regras	
2.3.1 <i>Critério do “caráter hipotético-condicional”</i>	
2.3.1.1 <i>Conteúdo</i>	40
2.3.1.2 <i>Análise crítica</i>	40
2.3.2 <i>Critério do “modo final de aplicação”</i>	
2.3.2.1 <i>Conteúdo</i>	44
2.3.2.2 <i>Análise crítica</i>	44

2.3.3	<i>Cr�terio do "conflito normativo"</i>	
2.3.3.1	Conteúdo	51
2.3.3.2	Análise crítica	52
2.4	<i>Proposta de dissoci�o entre princípios e regras</i>	
2.4.1	<i>Fundamentos</i>	
2.4.1.1	Dissocia�o justificante	64
2.4.1.2	Dissocia�o abstrata	65
2.4.1.3	Dissocia�o heurística	68
2.4.1.4	Dissocia�o em alternativas inclusivas	68
2.4.2	<i>Crêterios de dissoci�o</i>	
2.4.2.1	Cr�terio da natureza do comportamento prescrito	71
2.4.2.2	Cr�terio da natureza da justifica�o exigida	73
2.4.2.3	Cr�terio da medida de contribui�o para a decisão	76
2.4.2.4	Quadro esquemático	78
2.4.3	<i>Proposta conceitual das regras e dos princípios</i>	78
2.4.4	<i>Análise do uso inconsistente da distin�o fraca entre regras e princípios</i>	84
2.4.5	<i>Análise do uso inconsistente da distin�o forte entre regras e princípios</i>	87
2.4.6	<i>Diretrizes para a análise dos princípios</i>	91
2.4.6.1	Especifica�o dos fins ao máximo: quanto menos específico for o fim, menos controlável será sua realiza�o	92
2.4.6.2	Pesquisa de casos paradigmáticos que possam iniciar esse processo de esclarecimento das condi�es que compoem o estado ideal de coisas a ser buscado pelos comportamentos necessários � sua realiza�o	92
2.4.6.3	Exame, nesses casos, das similaridades capazes de possibilitar a constitui�o de grupos de casos que girem em torno da soluço de um mesmo problema central	93
2.4.6.4	Verifica�o da existência de cr�terios capazes de possibilitar a delimita�o de quais são os bens jurídicos que compoem o estado ideal de coisas e de quais são os comportamentos considerados necessários � sua realiza�o	93
2.4.6.5	Realiza�o do percurso inverso: descobertos o estado de coisas e os comportamentos necessários � sua promo�o, torna-se necessária a verifica�o da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base no princípio em análise	94
2.4.7	<i>Exemplo do princípio da moralidade</i>	94
2.4.8	<i>Eficácia dos princípios</i>	

2.4.8.1	Eficácia interna	
2.4.8.1.1	<i>Conteúdo</i>	97
2.4.8.1.2	<i>Eficácia interna direta</i>	97
2.4.8.1.3	<i>Eficácia interna indireta</i>	98
2.4.8.2	Eficácia externa	
2.4.8.2.1	<i>Conteúdo</i>	99
2.4.8.2.2	<i>Eficácia externa objetiva</i>	
2.4.8.2.2.1	<i>Eficácia seletiva</i>	100
2.4.8.2.2.2	<i>Eficácia argumentativa</i>	101
	2.4.8.2.2.2.1 <i>Direta</i>	101
	2.4.8.2.2.2.2 <i>Indireta</i>	102
2.4.8.2.3	<i>Eficácia externa subjetiva</i>	102
2.4.9	<i>Eficácia das regras</i>	
2.4.9.1	Eficácia interna	
2.4.9.1.1	<i>Eficácia interna direta</i>	102
2.4.9.1.2	<i>Eficácia interna indireta</i>	103
2.4.9.2	Eficácia externa	
2.4.9.2.1	<i>Eficácia seletiva</i>	108
2.4.9.2.2	<i>Eficácia argumentativa</i>	
2.4.9.2.2.1	<i>Direta</i>	108
2.4.9.2.2.2	<i>Indireta</i>	109
2.4.9.3	Superabilidade das regras	
2.4.9.3.1	<i>Justificativa da obediência a regras</i> ...	112
2.4.9.3.2	<i>Condições de superabilidade</i>	
2.4.9.3.2.1	<i>Introdução</i>	114
2.4.9.3.2.2	<i>Requisitos materiais</i>	115
2.4.9.3.2.3	<i>Requisitos procedimentais</i>	119
2.5	<i>O convívio entre princípios e regras</i>	120
2.6	<i>A força normativa dos princípios</i>	122
3.	<i>NORMAS DE SEGUNDO GRAU: POSTULADOS NORMATIVOS</i>	
3.1	<i>Introdução</i>	133
3.2	<i>Postulados hermenêuticos</i>	
3.2.1	<i>Considerações gerais</i>	135
3.2.2	<i>Postulado da Coerência</i>	
3.2.2.1	<i>Da hierarquia à coerência</i>	136
3.2.2.2	<i>Coerência substancial</i>	
3.2.2.2.1	<i>Fundamentação por suporte</i>	142
3.2.2.2.2	<i>Fundamentação por justificação recíproca</i>	144
3.3	<i>Postulados normativos aplicativos</i>	145
3.4	<i>Análise do uso inconsistente de normas e metanormas</i>	149
3.4.1	<i>Conseqüências</i>	150
3.5	<i>Diretrizes para a análise dos postulados normativos aplicativos</i>	151

3.5.1	<i>Necessidade de levantamento de casos cuja solução tenha sido tomada com base em algum postulado normativo</i>	151
3.5.2	<i>Análise da fundamentação das decisões para verificação dos elementos ordenados e da forma como foram relacionados entre si</i>	152
3.5.3	<i>Investigação das normas que foram objeto de aplicação e dos fundamentos utilizados para a escolha de determinada aplicação</i>	152
3.5.4	<i>Realização do percurso inverso: descoberta a estrutura exigida na aplicação do postulado, verificação da existência de outros casos que deveriam ter sido decididos com base nele</i>	153
3.6	<i>Espécies de postulados</i>	
3.6.1	<i>Considerações gerais</i>	154
3.6.2	<i>Postulados inespecíficos</i>	
3.6.2.1	<i>Ponderação</i>	155
3.6.2.2	<i>Concordância prática</i>	157
3.6.2.3	<i>Proibição de excesso</i>	157
3.6.3	<i>Postulados específicos</i>	
3.6.3.1	<i>Igualdade</i>	162
3.6.3.2	<i>Razoabilidade</i>	
3.6.3.2.1	<i>Generalidades</i>	163
3.6.3.2.2	<i>Tipologia</i>	
3.6.3.2.2.1	<i>Razoabilidade como equidade</i>	164
3.6.3.2.2.2	<i>Razoabilidade como congruência ...</i>	167
3.6.3.2.2.3	<i>Razoabilidade como equivalência ...</i>	170
3.6.3.2.2.4	<i>Distinção entre razoabilidade e proporcionalidade</i>	171
3.6.3.3	<i>Proporcionalidade</i>	
3.6.3.3.1	<i>Considerações gerais</i>	173
3.6.3.3.2	<i>Aplicabilidade</i>	
3.6.3.3.2.1	<i>Relação entre meio e fim</i>	174
3.6.3.3.2.2	<i>Fins internos e fins externos</i>	175
3.6.3.3.3	<i>Exames inerentes à proporcionalidade</i>	
3.6.3.3.3.1	<i>Adequação</i>	177
3.6.3.3.3.2	<i>Necessidade</i>	182
3.6.3.3.3.3	<i>Proporcionalidade em sentido estrito</i>	185
3.6.3.3.4	<i>Intensidade do controle dos outros Poderes pelo Poder Judiciário</i>	186
3.7	<i>Análise da falta de diferenciação entre os postulados</i>	188
4.	<i>CONCLUSÕES</i>	193
	<i>BIBLIOGRAFIA</i>	197